

julho
1965

revolução popular

- 2 - A guerra colonial e os lucros da burguesia
- 5 - A "doutrina Johnson" é um neo-nazismo
- 8 - A Unidade em 1944-49 : uma experiência actual
- 19 - O que agrada à burguesia não convém aos trabalhadores
- 20 - O movimento marxista-leninista no mundo
- 23 - Lendo a imprensa revisionista



5

orgão do

comité marxista-leninista português

a guerra colonial e os lucros da burguesia

O último discurso de Salazar confirmou que o governo está disposto a continuar e a alargar a guerra. Mesmo se desprezarmos como simples pressão diplomática sem consequências a sua ameaça de estender as operações militares aos territórios "de onde parte a subversão" (Tanganica, Rep. da Guiné, Senegal), uma coisa fica clara das suas palavras: a determinação de conduzir uma guerra contra-revolucionária prolongada nas três colónias de África, empregando importantes meios militares e financeiros, durante vários anos.

É preciso reconhecer que a maioria das forças da oposição não contava com esta evolução. Há quatro anos assegurava-se que a "loucura furiosa" de Salazar levantava contra ele uma oposição geral nos meios do grande capital, no exército, no próprio Governo, e esperava-se um golpe militar de um momento para o outro; hoje tem de admitir-se que a luta interna do regime está longe de conduzir à sua desintegração e que a guerra pode ser prosseguida pelos salazaristas ainda durante vários anos. É preciso, pois, reconhecer três coisas:

- 1) a guerra revolucionária de libertação dos povos das colónias é, por natureza, uma guerra prolongada; o seu triunfo, ainda que assegurado, não chegará rapidamente;
- 2) Salazar não é um lunático cuja teimosia o conduz à ruína, mas um dirigente experimentado cuja política corresponde aos interesses da burguesia;
- 3) A economia nacional não está em ruína e desmoronamento, e as dificuldades que a burguesia atravessa podem ser superadas no imediato;

Os trabalhadores revolucionários, se não quiserem mais uma vez ser enganados e utilizados como força de choque, se quiserem traçar um plano de acção revolucionária, devem partir desta situação real.

a guerra aumenta o enriquecimento da burguesia

A guerra não comprometeu os negócios da grande burguesia mas, pelo contrário, tem-nos estimulado.

Em 1964, os lucros dos dez Bancos principais, continuando a sua marcha ascensional, ultrapassaram os 400 mil contos: tanto como as receitas de 30 mil famílias operárias. O quadro seguinte, que mostra a evolução dos lucros declarados pelos Bancos dos cinco grupos financeiros dominantes, é bastante eloquente (em milhares de contos):

Lucros em 1960 e 1964

Banco Totta-Aliança (grupo CUF)	17,9*	25
Banco Português do Atlântico (grupo Delfim Ferreira).	30,6	48
Banco Pinto & Sotto-Mayor (grupo Champalimaud).	16,5	51,8
Banco Borges & Irmão (grupo M.Pinto de Azevedo)	17,5	32,2
Banco Espírito Santo & Comercial (grupo Espírito Santo)	52,5	55,3

* refere-se a 1961, data da fusão dos Bancos Totta e Aliança.

Como se vê, os cinco Bancos registam um importante aumento nos lucros, desde que começou a guerra, com especial destaque para o Banco Pinto & Sotto Mayor, que mais do que triplicou os lucros em quatro anos.

"A guerra, com os fornecimentos de material e de mantimentos para o Exército, com a carestia e a especulação, está a estimular um novo período de enriquecimento da burguesia, a dar novo impulso à concentração de capitais, a levar mais longe a utilização do aparelho de Estado pelos grupos burgueses dominantes.

Nova fase de dependência perante o imperialismo

A crise colonial tem vindo também a apressar a penetração do capital estrangeiro em Portugal. Acabando com a sua política tradicional de partilha do mercado nacional e colonial em dois sectores, um para o estrangeiro e outro para si própria, a burguesia lançou-se resolutamente desde 1959 na integração dentro do sistema de dependência imperialista (a entrada no Banco Mundial, adesão à EFTA, GATT, etc.). Nos últimos anos, sucessivos foram concedidos ao governo de Salazar pelos Bancos norte-americanos, ingleses, alemães e franceses.

Desde o princípio des ano, pode assinalar-se um empréstimo da General Trading Company de Genebra, no valor de 35 milhões de dólares (mais de 1 milhão de contos) a empresas de Angola, responsabilizando-se o Estado pelo pagamento das dívidas, no caso de os capitalistas não o poderem fazer (26 de Janeiro); em 28 de Janeiro, um grupo de sociedades lança no mercado americano títulos de dívida do Governo português no valor de 20 milhões de dólares, ao juro 5,75 %; em 19 de Maio o Banco Mundial e nove Bancos norte-americanos concedem um empréstimo de 15 milhões de dólares para a construção de uma barragem termo-eléctrica em Alenquer. Como se vê, até agora, a finança internacional não parece impressionada pelas ameaças de não reembolso repetidas a cada passo por uma posição que não parece muito disposta a tomar o poder...

Como se calcula, todos estes "favores" da finança ao governo de Salazar em dificuldades, exigem contrapartida; além do pagamento dos empréstimos e dos respectivos juros, o capital imperialista exige largas facilidades para a sua aplicação no país e nas colónias. Desde 1960, intensificou-se muito o ritmo de fundação de filiais de empresas estrangeiras em Portugal e nas colónias. Só em 1962 foram fundadas 33 sociedades anónimas com participação de capitais estrangeiros sendo 18 delas controladas pelo capital alemão. Num espaço de poucos anos, quase todos os trusts mundiais de automóveis abriram linhas de montagem em Portugal (General Motors, Renault, NSU, Fiat, Scania Vabis, Barreiros).

Este processo de penetração dos capitais estrangeiros vai, sem dúvida, intensificar-se graças ao decreto de 28 de Abril de 1965 que marca uma fase nova na subordinação de Portugal ao imperialismo. O decreto dá facilidades aos capitalistas de todos os países (é o que se pode chamar um são espírito de internacionalismo burguês) para aplicarem os seus capitais em Portugal e fundarem todas as empresas que quiserem, garantindo que não terão dificuldades em transferir os lucros para fora do País. Segundo revela o texto, certos Bancos estrangeiros teriam mesmo reclamado uma garantia do Estado português contra qualquer eventual flutuação nos lucros obtidos (!). Isto chega para dar uma ideia do à vontade com que o capital estrangeiro se instala no país e da dependência em que se está a cair.

— A teta colonial ha-de acabar

Mas, se a guerra não produz consequências desastrosas para a burguesia a curto prazo, ela levanta no horizonte uma ameaça imensa. Porque o "mistério" da prosperidade da burguesia portuguesa nos últimos quarenta anos assenta nalguns factores muito simples, tais como a mão de obra operária barata, a exploração desenfreada dos camponeses e o mercado colonial.

Se quisermos ter uma noção do que representam as colónias para a economia nacional podemos tomar o exemplo da indústria têxtil, a principal do país. Em 1962 estavam em actividade 478 fábricas têxteis de algodão, empregando 61.600 operários e produzindo mais de 3 milhões de contos de tecidos acabados. Mas esta produção assenta totalmente sobre o fornecimento de algodão em rama a preços inferiores aos do mercado mundial: de Moçambique saem anualmente 30 a 40 mil toneladas de algodão ao preço de 15 contos a tonelada, e de Angola, embora em baixa, vêm muitos milhares de toneladas. Este circuito é completado com a exportação para as colónias de muitos milhares de contos de tecidos acabados. É fácil supor o destino da indústria têxtil nacional quando lhe faltar a matéria prima e os compradores assegurados.

O mesmo se passa com o sisal, o café, o açúcar, o chá, a copra, o coconote, produzidos nas roças, e com os minérios. Ao mesmo tempo que laboram com matéria prima barata, as indústrias têm assegurada a exportação: tecidos, calçado, papel, manufacturas diversas. Os lavradores, pelo seu lado, colocam os vinhos (só para Moçambique, em 1948, seguiram 75 mil contos de vinho; em 1958, 185 mil contos). Para esta colónia as vendas da Metrópole passaram de 500 mil contos em 1948 para 1 milhão em 1960.

A economia nacional funciona, em grande medida, graças a esta entrada artificial de riqueza das colónias, proporcionada pela pilhagem das matérias primas coloniais e pela abertura forçada do mercado colonial. Quando o triunfo da luta nacional de libertação dos povos das colónias arrancar à burguesia portuguesa a possibilidade de engordar à custa do trabalho de 12 milhões de africanos, a economia sofrerá um golpe terrível. Mal equipada para competir no mercado mundial, ela atravessará um período de crise, quando tiver de se reajustar numa base própria.

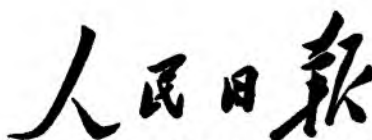
É por isso que todos os políticos "sensatos" (Leia-se: burgueses) mesmo aqueles que admitem "um estatuto de autodeterminação" e até falam na "independência" procuram uma solução que preserve "os interesses portugueses", isto é, que prolongue o parasitismo sobre as colónias. A burguesia (e os oportunistas que se encarregam de defender os interesses da burguesia junto da classe operária) não pode desejar a independência dos povos coloniais. Seria acreditar no lobo pode de seja que lhe arranquem a presa que está devorando...

A posição dos comunistas, dos operários revolucionários, é, pelo contrário, trabalhar activamente pela derrota do governo na guerra, pelo êxito total da luta libertadora dos povos coloniais, pelo desmoronamento completo do sistema de exploração colonial em que se apoia a economia nacional.

Aos políticos burgueses, que proclamam aterrados a aproximação da "catástrofe", os operários respondem: "Tanto melhor! Quando faltar a teta colonial, poderemos destruir todo o vosso sistema de exploração e construir sobre as suas ruínas uma ordem social nova, socialista, governada pelos operários e camponeses, pelos produtores."



um editorial do



REN MIN RI BAO

a «doutrina johnson» é um neo-nazismo

A intervenção armada do governo de Johnson contra a República Dominicana e a intensificação da sua agressão contra o Vietname constituem uma revelação para um número crescente de pessoas, que vêem nos dois hemisférios o imperialismo americano desempenhando o papel de carrasco, reprimindo as lutas revolucionárias dos povos e esmagando a soberania e a independência dos outros países.

Enviando mais de 30.000 homens para reprimir pelo sangue a luta popular contra a tirania, os agressores americanos dizem ao povo dominicano: capitula ou terás de te haver com os nossos canhões!

O mesmo acontece no Vietname. Alargando a guerra de agressão, Johnson proclama ao povo vietnamiano: capitula ou terás que te haver com as nossas bombas!

Assim, Johnson proclamou perante o mundo inteiro uma declaração de guerra para esmagar a independência e a liberdade e para esmagar os movimentos revolucionários dos outros países por meio da força. Se o povo de qualquer país se atreve a levantar-se em defesa da sua independência e da sua soberania, se se atreve a combater pela liberdade e a resistir ao regime de traição nacional instalado pelos fantoches dos Estados Unidos, então o imperialismo americano envia as suas tropas para reprimir e massacrar sem piedade!

É isto a "doutrina Johnson".

Começou a etapa mais sangrenta da agressão imperialista americana

Como se sabe, houve nos Estados Unidos, desde o fim da guerra, "a doutrina Truman", "a doutrina Eisenhower" e a "doutrina Kennedy". A "doutrina Johnson" sucede-lhes, aplicando a mesma política de força e de escravização dos povos, ao serviço dos interesses do capital monopolista norte-americano. Mas a "doutrina Johnson" vai mais longe que as anteriores pelo seu carácter sanguinário.

Johnson abriu a página mais sangrenta da história das agressões do imperialismo americano.

Lançando-se na aventura militar que representa a sua agressão ao Vietname, Johnson eclipsou Eisenhower e Kennedy. Eisenhower tinha forjado o bloco Sueste Asiático e instalara no poder a camarilha de Ngo Din Diem. Kennedy, pela sua parte, lançou a "guerra especial" mas servia-se de mercenários vietnamianos e recusou-se a abandonar a camuflagem dos "conselheiros". Mas Johnson desembaraçou-se de todos estes disfarces e envia tropas terrestres americanas para tomarem parte directa na guerra. Só nos últimos dois meses, os efectivos americanos no Vietname do Sul quadruplicaram. Johnson procura estender a guerra ao norte do país e transforma a "guerra especial" numa guerra local.

Ao intervir militarmente nos assuntos dominicanos, Johnson fez o que nenhum dos seus antecessores tinha ousado. Kennedy, para invadir Cuba, serviu-se dum exército de mercenários e gangsters cubanos. Mas Johnson enviou no espaço de pou-

cos dias dezenas de milhares de homens das forças americanas de terra, mar e ar.

Nenhum presidente americano do pós-guerra prestou um tal culto à força. Johnson declarou abertamente que "a força deve muitas vezes servir antes da razão e as destruições da guerra devem vir antes do trabalho pacífico". Johnson transformou a "guerra fria" em "guerra quente". Ele passou duma guerra de pequena envergadura para uma guerra de envergadura média e ameaça passar a uma guerra de grande envergadura. Johnson serviu-se já de todas as armas convencionais e ameaça utilizar as armas nucleares.

Johnson segue o mesmo caminho que Hitler

Johnson segue o mesmo caminho que Hitler e a "doutrina Johnson" não é mais do que neo-nazismo. Johnson levanta os restos da bandeira esfarrapada da "Cruzada anti-comunista". Marchando nas pegadas de Hitler, ele chama "ameaça comunista" a tudo o que detesta e deseja esmagar. Johnson apresenta como uma empresa de subversão comunista o levantamento do povo dominicano para derrubar a ditadura. A luta revolucionária do povo vietnamita contra o imperialismo americano e os seus lacaios é também qualificada de "agressão comunista".

Johnson renunciou a todos os princípios reconhecidos do direito internacional. Ele não se considera obrigado a respeitar os princípios de não-ingerência em assuntos internos de outros países, a inviolabilidade dos territórios, a igualdade entre as nações, o respeito pelos tratados internacionais, a liberdade de navegação nos mares, a proibição do emprego de gases tóxicos, etc. Johnson declarou, sem hesitar, que os Estados Unidos têm o direito de decidir qual o género de governo que deve ser instalado na República dominicana. Ele traçou arbitrariamente uma linha sobre o mapa do mundo e declarou "zona de combate" americana as águas territoriais do Vietname e da China, e os mares do Sueste asiático, a milhares de quilómetros dos Estados Unidos. Ele deu ordem para interceptar navios de outros países.

"O meu mérito, dizia Hitler, está em que não me deixo amarrar por nenhuma regra moral estabelecida". Hitler teve mesmo o descaramento de declarar: "Não tenho escrúpulos em aproveitar qualquer oportunidade que se apresente; não há regras de direito internacional nem acordos que se possam atravessar no meu caminho". O que Johnson aplica são os princípios definidos por Hitler.

A "doutrina Johnson" prenuncia a falência da estratégia imperialista americana

O aparecimento da "doutrina Johnson" mostra que a estratégia global aplicada pelo imperialismo americano depois da Segunda Guerra Mundial caminha rapidamente para a falência. Depois de subir ao poder, Johnson proclamou que continuaria a política dupla de Kennedy. Mas os métodos de Kennedy revelaram-se inoperantes para sustentar o crescimento impetuoso do movimento nacional e democrático que se estende pela Ásia, África e América Latina.

Hoje, do Japão ao Congo, do mar das Caraíbas ao cabo Horn, todos os blocos militares que os Estados Unidos tinham edificado com tanto trabalho após a guerra desagregam-se e os regimes fantoches que eles instalaram vêm à tona. O agressor americano está hoje estreitamente cercado pelos povos de todo o mundo e colocou-se numa posição estratégica extremamente difícil. Em todos os cantos do mundo, as suas frentes agressivas abrem brechas. E o facto de Johnson ter que bran-

dir a cada instante o seu "varapau" mostra a que situação desesperada chegou; metido numa ratoeira, não pode encontrar a saída.

A arrogância dos Imperialistas aumenta à medida que se acentua a política de capitulação revisionista

O aparecimento da "doutrina Johnson" está estreitamente ligado à linha de capitulação seguida pelos revisionistas modernos. O imperialismo americano sabe perfeitamente o que é o revisionismo moderno representado por Krutchov. Tal como Krutchov, os seus sucessores não têm coragem para ofender o imperialismo americano. Eles agarram-se tenazmente à linha geral de "coexistência pacífica" que se manifesta na "cooperação americano-soviética para a hegemonia mundial". Tal como a política de apaziguamento aplicada por Chamberlain e Daladier nos anos 30 encorajou o fascismo alemão, a linha de capitulação dos revisionistas krutchovianos, acentuou fortemente a arrogância do imperialismo americano. O revisionismo Krutchoviano é uma nova edição da política de apaziguamento.

Os Imperialistas americanos estão perdidos

Mas a "doutrina Johnson" não pode salvar o imperialismo americano do aniquilamento. Ela agravou seriamente as contradições que opõem o imperialismo americano e os seus lacaios aos povos revolucionários e a todos os países vítimas da agressão e da intervenção americana. Ela apressa também a desagregação do bloco imperialista e agudiza as contradições entre o imperialismo americano e os seus satélites.

O desenvolvimento contínuo da luta anti-americana dos povos é inevitável. O governo Johnson quer ser o polícia mundial, mas os seus meios não estão à altura das suas ambições. Todas as regiões vítimas da intervenção do imperialismo americano, como o Vietname e a República Dominicana, tornar-se-ão em cordas enroladas ao seu pescoço, cada vez mais estreitamente. Como uma borboleta que quisesse apagar a luz, assim o imperialismo americano será queimado nas chamas ardentes da luta anti-americana dos povos.

Na declaração que fez, em apoio à resistência do povo dominicano contra a agressão armada americana, o presidente Mao Tse-tung lançou mais uma vez este apelo vibrante aos povos de todo o mundo: "Os povos da Ásia, África e América Latina devem unir-se, os povos de todos os continentes devem unir-se, todos os países desejosos de paz e todos os países vítimas da agressão, do controle, da intervenção e dos vexames dos Estados Unidos, devem unir-se e formar uma larga frente unida contra a política de agressão e de guerra do imperialismo americano e pela defesa da paz mundial".

Estamos convencidos de que este grande apelo do presidente Mao-Tsé-tungen corajará mais ainda todos os povos que se opõem ao imperialismo americano, no sentido de criarem e consolidarem uma frente unida contra o imperialismo americano e de arrastarem no pó a bandeira neo-nazi da "doutrina Johnson", vencendo definitivamente o agressor americano.

(Extractos) Diário do Povo, Pequim, 14-5-1965



a unidade em 1944-49

- uma experiência actual

A Unidade de todas as forças anti-salazaristas continua a ser a pedra basilar de toda a actividade política dos dirigentes do P.C.P., o principio e o fim da sua linha.

Aproveitando-se da grande importância que adquire o problema da aliança anti-fascista na actual etapa da revolução portuguesa, Alvaro Cunhal e os seus companheiros reformistas começaram desde há 20 anos a servir-se desta questão para abandonar as tarefas revolucionárias do Partido e utilizarem a classe operária ao serviço duma recomposição do regime burguês.

Em vez de partirem do estudo das classes e da luta de classes em Portugal, da definição do carácter da revolução, da luta pela hegemonia do proletariado e pela conquista do poder político, para daí deduzir uma política revolucionária de alianças, os reformistas definem todas as suas posições teóricas e práticas a partir da exigência duma Unidade utópica e esterilizadora entre os trabalhadores e a burguesia anti-salazarista, e com isso enfraquecem seriamente o Partido e a luta anti-fascista.

Para melhor defender o seu oportunismo, Alvaro Cunhal procura fazer crer que não há outra alternativa senão a Unidade ou o sectarismo, e atribui à Unidade todos os êxitos da luta popular anti-fascista nos últimos 20 anos; é uma deformação grosseira dos factos que é preciso desmascarar.

Nos últimos tempos, a política da Unidade tem sofrido graves reveses. Dilacerado entre a deslocação para a direita dos grupos da burguesia liberal, que procuram a todo o preço entender-se com sectores da grande burguesia e do imperialismo para ajudar a modernizar o regime, e a deslocação das massas trabalhadoras para a esquerda, para posições revolucionárias, o oportunismo de Alvaro Cunhal atravessa uma crise de grandes proporções, que a cisão na F.P.L.N. veio tornar patente. As condições são cada vez menos favoráveis para a política de conciliação e de compromissos em que se apoia a Unidade e forçam cada agrupamento a definir-se num sentido revolucionário ou num sentido reformista.

Nos próximos meses, as lutas populares contra as burlas e leitorais de Junho e Outubro vão proporcionar uma boa oportunidade para levar mais longe a iniciativa revolucionária dos trabalhadores, anular as manobras dos políticos liberais e enterrar de vez a política conciliadora da Unidade. Os comunistas devem estar preparados para arrancarem o movimento popular à influência da burguesia e dos dirigentes oportunistas, explicando aos trabalhadores a necessidade duma linha independente, mostrando-lhes que a unidade a todo o preço só pode conduzir à derrota. O exemplo de 1944-49, que tratamos neste artigo, é bastante instrutivo.

a crise de 1945

Em fins de 1943 começou a desenhar-se uma profunda viragem na situação política nacional. O proletariado, que desde 1941 vinha travando uma luta difícil, que se completamente isolado perante a ditadura, começou a encontrar-se secundado por um largo movimento democrático que lançou sucessivamente na batalha política, a intelectualidade, a pequena burguesia radical, sectores da burguesia liberal ajuventude, certas camadas do campesinato, vastas massas da população. Começou a tornar-se claro que terminara a difícil etapa de lutas defensivas que, de 1926 a 1937 marcaram a ascensão do fascismo, e que se entrava numa etapa de ofensiva popular, ligada à evolução da situação internacional.

O Partido Comunista, que era o único partido em luta contra a ditadura, encontrou-se rodeado de diversos agrupamentos políticos da pequena e média burguesia; em breve surgiu o poderoso movimento nacional anti-fascista, apoiado no MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) e depois no MUD (Movimento de Unidade Democrática), levando largos sectores da população a levantarem-se unidos por reivindicações democráticas comuns e a arrancarem à ditadura uma série de concessões, criando uma plataforma de luta e de organização muito mais larga do que no passado.

Mas este amplo movimento era impulsionado por objectivos diversos, conjugava reivindicações de classe diferentes: ele resultava por um lado do poderoso impulso revolucionário que desde 1941 vinha tornando o proletariado uma força decisiva no país; as greves de Julho-Agosto de 1943 na região de Lisboa, envolvendo mais de 50.000 operários, e as manifestações e choques com a polícia que as acções panharam, impunham o proletariado como uma grande força com que todas as classes eram obrigadas a contar, e o Partido Comunista como um partido dirigente da luta anti-fascista; sujeitos a uma exploração e a uma opressão insuportáveis, exaltados pelos êxitos da União Soviética nos campos de batalha contra o fascismo, os operários cujo número engrossara durante a guerra, voltavam-se para a perspectiva da revolução.

Ao mesmo tempo, o movimento democrático nascia das reivindicações que levantavam a pequena burguesia urbana, certos sectores da média burguesia e do campesinato, contra a ditadura dos monopólios, esforçando-se por arrancar-lhe concessões por afrouxar a pressão do aparelho corporativo, estatal e policial fascista. E ele atraiu ainda vastas massas populares, lançadas na luta activa pela democracia e pela liberdade, arrastadas por uma onda de ilusões pequeno-burguesas numa vitória fácil e rápida sobre a ditadura, iludidas quanto ao verdadeiro carácter da vitória das "democracias ocidentais" na guerra e esperando que a democracia lhes seria trazida do exterior.

A amplitude e a profundidade deste movimento abria ao Partido e à classe operária uma situação extremamente favorável, como ainda não se proporcionara desde 1926. A revolução portuguesa entrava numa fase de convulsões e de grandes movimentos de massas.

nascimento do oportunismo

A complexidade deste amplo movimento de classes requeria do Partido uma política aberta e maleável, mas sobretudo uma clareza absoluta de perspectivas e uma firmeza inabalável de princípios, de modo a poder conduzir simultaneamente o movimento proletário revolucionário e o movimento democrático nacional pelos seus objectivos próprios, conjugando-os acertadamente, inserindo as tarefas imediatas da luta democrática na perspectiva estratégica da revolução socialista, assegurando por todos os meios a independência e a hegemonia do proletariado.

A direcção do Partido, apenas reorganizada em 1941 após uma longa fase de dispersão ideológica, esforçou-se no 1.º Congresso Ilegal de 1943 por definir uma linha revolucionária ao movimento e por assegurar a hegemonia do proletariado e

construir a aliança operária-camponesa; se o informe de Álvaro Cunhal ao Congresso mostrou que para a direcção do Partido não estavam ainda inteiramente claras as tarefas e o carácter da revolução anti-fascista, isto não podia ainda então ser considerado um erro grave, dado que a experiência do movimento não pusera ainda a maioria desses problemas na prática e eles se mantinham como meras indicações teóricas e abstractas.

Mas a medida que o movimento de massas se desenvolve a partir de 1943 e a situação se torna mais complexa vê-se que a direcção do Partido vacila nas suas posições anteriores e em vez de as completar com uma interpretação marxista das novas experiências, é atraída para uma posição oportunista que tende a apagar as tarefas dirigentes do proletariado, a desinteressar-se da perspectiva da revolução e a subordinar toda a actividade ao objectivo da Unidade com a burguesia, na esperança illusoria de assim proteger o Partido e apressar a queda da ditadura.

A expressão mais completa desta corrente oportunista foi a "política de transição", então defendida por um largo grupo de dirigentes do Partido, entre os quais, Julio Fogaça, Pedro Soares e João Rodrigues. A "política de transição" propunha a dissolução política do Partido no movimento anti-fascista para "facilitar" a unidade dos oposicionistas e apressar a desagregação do campo inimigo (as propostas eram: ajudar o golpe militar, atrair os fascistas descontentes, tirar a foice e o martelo do cabeçalho do "Avante", etc.); numa posição típica pequeno-burguesa, pretendia-se pôr o esforço principal na atracção das forças intermédias e na desagregação das forças inimigas e apagava-se o papel motor das forças revolucionárias, do proletariado e do seu Partido, transformados em forças auxiliares da burguesia na recomposição do Estado burguês. A "política de transição" foi, no âmbito do nosso movimento revolucionário, a expressão da grande vaga reformista que assaltou os partidos comunistas no fim da guerra mundial (Browder, Tito, etc.).

Esta linha ultra-oportunista e liquidacionista foi rejeitada pelo 2º Congresso Ilegal (1946) que manteve a linha do levantamento nacional e a existência autónoma do Partido. Mas isto não impediu que a pressão da corrente oportunista levasse a linha do 2º Congresso a enfermar ela própria de graves cedências reformistas. Tirando conclusões erradas da experiência de 1943-45; não aprofundando a crítica a "política de transição", não elaborando uma plataforma revolucionária coerente, a direcção do Partido introduziu o oportunismo na linha do Partido numa forma mais esbatida, menos descarada que a da "transição", mas mesmo assim extremamente grave, como os anos posteriores revelaram.

a linha da unidade

Os informes políticos de Álvaro Cunhal ao 2º Congresso Ilegal e às reuniões do C.C. de Outubro de 1946 e Junho de 1947 expuseram desenvolvidamente esta nova linha. Nesses informes, "a unidade de todos os portugueses honrados contra a ditadura", a "unidade de todas as forças anti-fascistas", passa a constituir a directiva táctica suprema do Partido, a que se subordinam todas as outras e de onde se deduzem todas as outras. Sob as palavras de ordem obsessivas: "Aquilo que nos se para nada é comparado com o que nos une", "A unidade é a garantia da vitória", "A divisão seria a derrota", a direcção do Partido refunde toda a linha traçada no 1º Congresso Ilegal e eleva a linha da unidade nacional a posição da linha geral do Partido, abandonando as tarefas de determinar os objectivos da revolução e de unir em torno delas as forças revolucionárias.

A luta áspere para assegurar a hegemonia do proletariado no movimento anti-fascista, a defesa da independência ideológica e a política do Partido, do proletariado e das massas populares perante a burguesia, a crítica de classe às correntes liberais e radicais—são apagadas sob o argumento então invocado de que "a libertação do país não pode ser obra dum partido ou duma classe" e que "nada se conseguirá sem a mais larga união". É evidente que isto significa uma renúncia implícita à tese da hegemonia do proletariado.

Em que se baseia o princípio da hegemonia do proletariado senão no reconhecimento de que este dispõe de interesses revolucionários que lhe permitem tomar a

direcção da luta anti-fascista, traçar-lhe uma linha revolucionária, arrastar a-
tras de si as outras classes? Por isso a linha do movimento anti-fascista não
tem que ser determinada através da negociação e do regateio com a burguesia libe-
ral, mas através do mais largo desenvolvimento da luta de massas numa perspectiva
dirigida para a conquista do poder, utilizando a negociação e o regateio com a
burguesia como formas auxiliares desse movimento de massas e não como cúpula den-
tro da qual ele deva ser metido.

As resoluções do 2º Congresso Ilegal manifestam claramente o abandono das po-
sições revolucionárias. Assim, essas resoluções: (a) não caracterizam a ditadura
de Salazar como ditadura da grande burguesia, não estudam as tarefas da revolução,
não falam sequer em revolução nem na conquista do poder, limitam-se à perspecti-
va do derrubamento da ditadura; (b) não indicam os aspectos essenciais da luta de
classes no campo anti-fascista, não indicam explicitamente o papel dirigente do
proletariado nem quais os aliados do proletariado na presente etapa, nem referem
a disputa da hegemonia no campo anti-fascista entre o proletariado e a burguesia
liberal; (c) colocam a linha da unidade anti-fascista como linha táctica suprema
a que deve ser subordinada toda a actividade do Partido.

O carácter oportunista e reformista destas resoluções é bem claro. Comparadas
com a "Saudação e apelo ao Povo" saída do 1º Congresso Ilegal, elas tornam ainda
mais claro o recuo efectuado; naquele documento, o 1º Congresso dirigia-se às mas-
sas trabalhadoras, destacava audaciosamente o papel revolucionário do proletaria-
do e do campesinato como "o seu mais poderoso aliado", apelava para a iniciativa
revolucionária das massas; nas resoluções do 2º Congresso, pelo contrário, a ta-
refa política mais importante que se aponta ao Partido é "atrair ao MUNAF todos
os anti-salazaristas, católicos, monárquicos, militares, os que se separam do fas-
cismo".

No informe político de A. Cunhal à reunião do C.C. de Outubro de 1946 está con-
firmado este desvio, ao assinalar-se que a unidade e "a tarefa fundamental do Par-
tido" e que será conseguida pelos seguintes meios: (citamos pela ordem em quem
no informe) (a) "esclarecer os democratas com habilidade e inteligência"; (b) "for-
talecer o MUNAF, a autoridade do Conselho Nacional (organismo dirigente onde es-
tavam representados os agrupamentos anti-fascistas), a constituição de comités de
unidade nacional e a modificação da sua composição social (isto é, transformá-lo
em organismos de enlace das varias forças políticas; adiante tratamos deste pon-
to); (c) fortalecer o MUD; (d) formar mais organismos de unidade, comissões sindi-
cais, etc.; (e) alargar a unidade, sobretudo aos católicos; f) agir e levar as for-
ças democráticas e as massas a agirem.

Por sua vez, o informe de A. Cunhal "Unidade, garantia da vitória", aprovado
na reunião do Comité Central, de Junho de 1947, é uma longa enumeração dos grupos
políticos anti-fascistas existentes e da forma do Partido chegar ao entendimento
com eles. Repetindo obsessivamente que "a divisão seria a derrota" e que "a que-
bra da unidade é o primeiro passo que o fascismo quer dar para o violento aniqui-
lamento de toda a oposição", o informe esbate o papel das lutas de massas, conti-
nua a desinteressar-se de qualquer perspectiva revolucionária para a conquista do
poder e concentra os esforços do Partido na defesa da Unidade: "Unir é chamar à
unidade portugueses honrados que nela não participam ainda. E porque assim é, de-
vemos seguir uma política maleável e aberta, atraindo todos os que - republica-
nos ou monárquicos, religiosos ou não - desejem sinceramente que o povo português
escolha o seu destino, não hostilizando nem amontoando duvidas e suspeições so-
bre os que ainda que tendo apoiado o fascismo ou participado na organização fas-
cista, hoje desejem alinhar", etc.

Como era inevitável, este descuramento da tarefa da coesão política e ideoló-
gica das forças revolucionárias, suplantada, pela atracção das forças intermédias
paralizou a breve prazo a iniciativa revolucionária dos operários e do Partido e
comprometeu irremediavelmente as perspectivas favoráveis que se haviam formado em
1943.

Indicamos a seguir alguns aspectos mais significativos na linha de abandonos
e compromissos posta em prática nesse período pela direcção do Partido, e que es-
tão patentes na imprensa do Partido.

a decadência do MUNAF

A criação, em fins de 1943, do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista, ilegal, foi o fruto da audaciosa iniciativa do Partido e abria perspectivas para se vir de alicerce orgânico ao amplo movimento democrático nacional. O MUNAF compo tava por um lado um Conselho Nacional, onde o Partido negociava acordos políticos com os grupos burgueses anti-salazaristas e, por outro lado, um conjunto de comi tes de unidade nacional (CUN), destinados a mobilizar unitariamente as massas po pulares pela base. O MUNAF oferecia grandes perspectivas; mas como a direcção do Partido não soube definir as relações entre o trabalho pelo topo e o trabalho pe la base, de modo a libertar a iniciativa das massas e a anular a instabilidade da burguesia, ele tornou-se um travão à luta e entrou em rápida decadência, mesmo período de maior actividade política de 1946-49.

O Partido defendeu erradamente que "o povo espera do Conselho Nacional uma ac ção verdadeiramente dirigente da luta nacional libertadora" (Fevereiro de 1944), insistiu por todos os modos em chamar o Conselho a uma direcção que ele não podia assumir, delegou no Conselho uma tarefa que só ao Partido podia caber. Desta con cepção resultou a viragem de Setembro de 1944 quanto aos CUN, viragem que teve as mais graves consequências: estes Comitês, que inicialmente eram organismos po líticos de base para a condução das lutas de massas numa base não-partidária, tor na-se a partir desta data comitês de enlace entre as várias correntes anti-fas cistas (um em cada localidade), submetidos directamente à autoridade do Conselho Nacional; operários e patrões passam assim a encontrar-se reunidos no mesmo comi té, do que resulta a inevitável subordinação do proletariado à burguesia.

Esta grave concessão, feita possivelmente para comprar a continuação dos gru pos burgueses no Conselho Nacional, liquidou toda a possibilidade de mobilização dos trabalhadores através do MUNAF, que passou a ser totalmente dominado pelo jo go tortuoso da burguesia. E apesar de se tornar evidente a gravidade da falta co metida, a direcção do Partido persistiu nela; em Janeiro de 1945, defendendo a linha "unitária" quanto ao MUNAF, o "Militante" repele a sugestão de certos mili tantes para fazer novamente dos CUN organismos políticos dos trabalhadores, sob a alegação de que para isso já existem as comissões de unidade; ora, as comissões de unidade, criadas para conduzir a luta económica, nunca podiam, nem puderam, as ssumir o papel de comitês políticos clandestinos da classe operária, como é eviden te.

Assim, enquanto a direcção do Partido defende obstinadamente a linha dos comi tes de enlace entre a burguesia e o proletariado, os CUN vão decaindo rapidamente abandonados pelos políticos burgueses, que resolvem entrincheirar-se nas comis sões legais do MUD, e abandonados pelos militantes do Partido, que se apercebem da sua ineficácia e a quem repugna a linha da colaboração de classe. Em Agosto de 1948, o "Militante" constata o resultado que era de esperar: o trabalho de uni dade com as outras correntes anti-fascistas está a ser assegurado só pela direc ção do Partido, as células desinteressam-se completamente dos CUN. A concepção o portunista da direcção do Partido tirou ao MUNAF as possibilidades de se trans formar numa larga organização clandestina unitária de massas.

o MUD - partido político da burguesia

As concepções erradas sobre a colaboração de classes contra a ditadura, sobre a aliança fraternal de "patrões e operários a lutar unidos na mesma trincheira" (A. Cunhal, 1946), levou também a que o MUD, movimento legal democrático que o Par tido ajudou a criar e apoiou com todas as suas forças se tenha vindo a tornar um movimento controlado pela burguesia liberal.

Em 1944, as correntes liberais e radicais da burguesia tendiam irresistivel mente a criar os seus próprios partidos políticos, aproveitando as condições de afrouxamento da repressão conquistado pelo largo movimento de massas e pela con juntura do fim da guerra; sucediam-se as tentativas de formação ou reconstituição de partidos republicanos, socialistas, católicos. Mas, partindo duma análise er-

rada da luta de classes, a direcção do Partido ao mesmo tempo que combatia e denunciava toda a tentativa de formação de partidos burgueses como uma "traição à unidade", esforçava-se por integrar todas as forças anti-salazaristas numa ampla organização legal.

O MUD tomou assim a forma, não de uma vasta frente de diversos partidos e agrupamentos independentes, não de uma larga organização unitária de massas, dotada de suficiente autonomia e flexibilidade interna, mas dum verdadeiro partido, com uma estrutura acabada de organismos superiores e inferiores; na luta que se travou para dominar e orientar o MUD, os políticos burgueses conseguiram a breve prazo ocupar quase todas as posições na comissão central e nas comissões distritais passando através delas a controlar o movimento de massas que se apoiava no MUD.

Durante três anos, assistiu-se assim a uma luta árdua e muitas vezes infrutífera dos trabalhadores, procurando desenvolver as acções democráticas apoiados nas comissões legais do MUD, enquanto os políticos burgueses, entrenchados nas comissões dirigentes do movimento, o sujeitavam aos seus interesses. Táticos levavam os trabalhadores a sair "ordeiramento" das sessões democráticas, impediam manifestações e comícios, desfaziam arbitrariamente as comissões operárias de base, combinavam golpes militares, entregavam as listas de assinaturas ao governo (1945), facilitando com o seu legalismo um largo trabalho de repressão—isto é, desorganizando objectivamente o movimento popular democrático cuja independência o Partido não soubera defender como devia.

A experiência mostrava de forma gritante que era preciso encontrar formas de organização política unitária de massas que escapassem ao controle da burguesia; mas a direcção do Partido, amarrada à sua linha da Unidade com a burguesia, persistiu até 1949 em empurrar os comunistas e os trabalhadores de vanguarda para as comissões de base do MUD. Mais: a direcção do Partido criticou severamente como manifestação de "sectarismo" a resistência crescente dos comunistas e operários de vanguarda a uma orientação que os amarrava à tutela da burguesia; assim, em Abril de 1948, o "Militante" critica a "grave posição" dos militantes operários que "dizem que os documentos do MUD "não interessam", que o que interessa não é o MUD e a unidade nacional mas "outra coisa" e afirma veementemente que os camaradas e organizações que assim procedem "estão afogando o que é de mais sagrado para o nosso Partido e para o nosso povo, que é a unidade de todas as forças anti-fascistas contra a ditadura fascista de Salazar".

É inegável que o legalismo e as ilusões nos políticos burgueses estavam largamente implantadas nas massas populares em 1944; mas isso era mais uma razão para pôr um firme trabalho de esclarecimento e de independência por parte do Partido. A cegueira oportunista dos dirigentes do Partido levou ao enfraquecimento gradual do MUD e ao seu desaparecimento em 1949, quando os políticos burgueses se desinteressaram dele, uma vez esgotadas as possibilidades legais de acção. A classe operária e o povo viram-se privados de tirar um verdadeiro proveito das possibilidades legais que se tinham aberto com o MUD.

o fracasso dos GACs

Em Dezembro de 1944, o Partido lançava o apelo para a formação de "milhares de Grupos Anti-Fascistas de Combate (GACs)". Esta directiva surgia na continuidade das greves e manifestações de 1942-44, correspondia ao sentimento que se formara em largas camadas de massas populares de que era preciso passar a formas de luta mais elevadas contra a ditadura. Tratava-se de uma palavra de ordem inteiramente justa que tendia a abrir o caminho à insurreição nacional.

• Mas aqui também os dirigentes reformistas conseguiram anular as possibilidades revolucionárias das novas formas de organização e de luta criadas pelas massas; o "Militante" onde é lançada esta palavra de ordem, faz ao mesmo tempo exigências que reduzem desde logo todo o alcance que ela podia ter: a) os comunistas não devem entrar para os GACs, que se destinam apenas a agrupar anti-fascistas até agora desorganizados (!); b) as organizações do Partido não devem pretender dirigir os GACs, pois é ao Conselho Nacional que cabe dar as directivas políticas. Seria difícil encontrar uma expressão mais clara das contradições em que se debatia a direcção do Partido.

É de supor que esta posição absurda quanto aos GACs tenha provocado um vivo protesto no Partido porque dois meses depois o "Militante" a rectifica em parte, admitindo a participação dos comunistas, mas insistindo sempre que é ao Conselho Nacional que cabe a sua direcção. De todas as formas, a reserva com que a direcção do Partido continua a encarar esta palavra de ordem não permite que ela seja verdadeiramente levada à prática, dado que se reprimem severamente todas as tendências "terroristas" surgidas nessa época nas fileiras do Partido e se autorizam só as formas pacíficas.

Quando no 2º Congresso Ilegal, em 1946, Álvaro Cunhal constatou com acento triunfante "o fracasso completo" dos GACs, não disse que, escurada no argumento da luta contra o putchismo, a direcção do Partido se opôs às formas violentas para que tendia o movimento popular em 1944-45 e procurou enterrar a palavra de ordem dos Grupos Anti-Fascistas de Combate a que fora forçada pela pressão da base. O "fracasso completo" foi obra primeiro que tudo da própria direcção do Partido.

Só se o Partido tivesse encabeçado audaciosamente e contra todas as dificuldades dos GACs, enquadrando-os numa perspectiva revolucionária e libertando a iniciativa das massas, só se a direcção do Partido estivesse livre das deformações legalistas e unitárias - só nessas condições teria sido possível fazer uma apreciação objectiva dos GACs e da sua necessidade no período de 1944-45.

a doutrinação política dos liberais

Levada pela sua linha a entregar a direcção da luta política nas mãos dos políticos burgueses, limitando gravemente a iniciativa independente do Partido e das massas trabalhadoras, a direcção do Partido vem a cair na tendência estéril para esclerecer e doutrinar a burguesia anti-fascista.

Em muitos documentos do período 1945-49 (de que um dos mais característicos é o folheto "O P.C. ante algumas tendências prejudiciais dentro do MUD") está patente o esforço por explicar e demonstrar aos políticos liberais e radicais que a vitória da luta anti-fascista só pode ser conseguida pela luta de massas, que o seu receio do povo é injustificado, que a linha de compromisso e das concessões perante o inimigo só pode conduzir à derrota, que as ilusões num recuo espontâneo do fascismo são ilusórias, que a colaboração com o Partido Comunista é uma condição essencial para o triunfo das forças anti-fascistas, etc.

Tendo chegado ao ponto de ignorar que o movimento anti-fascista é composto por classes com interesses diferentes e divergentes, que a linha aplicada pelos políticos burgueses não resulta de tais ou tais ideias abstractas sobre o fascismo e a democracia, mas resulta sim da defesa coerente de interesses de classe bem determinados - a direcção do Partido lança-se na tarefa inglória de doutrinar os políticos burgueses e de lhes demonstrar (do ponto de vista do proletariado!) o erro da sua linha.

A doutrinação da burguesia é uma contrapartida simbólica e estéril aos abandonos políticos e ideológicos consentidos pelo Partido na Unidade. Em vez de desenvolver o movimento independente das massas populares numa perspectiva revolucionária, dando-lhe formas orgânicas independentes e fazendo a crítica aberta de classe à burguesia, de modo a emancipar os trabalhadores da sua influência - explica-se aos políticos burgueses que é errado impedir as manifestações populares e dissolver as comissões operárias do MUD... Este é um dos aspectos mais eloquentes da grosseira incompreensão oportunista que está na base da linha da Unidade.

É evidente que esta concepção oportunista da colaboração de classes tende a e a voluir para o sectarismo quando a desilusão sucede aos sonhos numa aliança idílica entre proletários e burgueses; à medida que o desenvolvimento da luta mostra com mais clareza que este esforço de doutrinação está condenado ao fracasso e que os políticos burgueses, persistem, apesar de todas as explicações e exortações, em conduzir o movimento para o compromisso, a direcção do Partido, desiludida e indignada pela "má fé" dos seus aliados, cai na hostilidade sectária, descre da fraternidade de luta com que sonhava, censura e insulta os políticos burgueses.

Têm já sido assinalados os extremos sectários em que caiu a direcção do Partido no período 1950-54, denunciando como "agentes do fascismo e do imperialismo americano" todos os políticos burgueses liberais que criticavam a linha do Partido ou se lhe opunham; mas o que é menos conhecido é que esses extremos começaram precisamente em 1947, quando a política da Unidade estava no auge; nessa altura, já a ansiedade quanto à direcção que a burguesia dava aos acontecimentos levava a reclamar "guerra aberta aos derrotistas, agentes do fascismo no campo anti-fascista", já se apelidava os liberais de direita de "agentes de Salazar e do imperialismo", "traidores à Unidade", "pseudo-democratas", "oportunistas incorrigíveis", etc. (ver sobretudo o "Avante" nos anos 1947 e 1948).

Normalmente, estes insultos são apresentados como uma prova de "vigilância de classe" por parte da direcção do Partido; na realidade, eles mostram que a direcção do Partido não se atrevia a imprimir uma direcção revolucionária aos acontecimentos, não se atrevia a desamarrear-se da tutela burguesa e tentava compensar a sua impotência com injúrias que nada resolviam e que não impediram que, passados poucos anos, se renovassem com o mesmo ardor as ilusões oportunistas na colaboração "fraterna" de classes.

«um grande partido nacional»

Esta linha esbateu, como não podia deixar de ser, a noção do papel dirigente do Partido Comunista. Isso manifestou-se no período de 1944-49 pelo abandono sucessivo das posições revolucionárias de classe, criticadas como "obreirismo" e substituídas pela linha comum "oposicionista", pelo desprezo para com a teoria e o estudo da luta de classes e do carácter da revolução, pela tendência para transformar o partido do proletariado num partido de "todo o povo", sob a palavra de ordem: "Um grande Partido nacional".

Esta última incompreensão manifesta-se claramente na imprensa do Partido dessa época: os comités locais não devem reduzir-se às empresas mas sim "ocupar-se com todo o interesse de todos os aspectos da vida da localidade" ("Militante", Fevereiro de 1947); os comités locais são criticados por não se preocuparem "como é preciso com a vida do comércio e da indústria da sua localidade, não dedicarem suficiente atenção às restantes camadas da população não operária e camponesa" ("Militante", Abril de 1945); critica-se a "linguagem demasiado de classe", adoptada em 1944 pela imprensa do Partido; critica-se a "falta de atenção às classes médias"; alerta-se contra o perigo de o Partido "não ser capaz de satisfazer as esperanças" da pequena burguesia, desta descrever do Partido e se voltar para outro agrupamento político; insiste-se em que os militantes operários do Partido não se devem restringir ao trabalho operário e se devem voltar também para o trabalho entre a pequena burguesia ("Militante", Junho de 1947).

É evidente que na luta pelo derrubamento da ditadura fascista do grande capital e pela realização da revolução democrática, o Partido do proletariado deve saber exprimir e encabeçar as reivindicações não só da classe operária, mas também da grande massa dos oprimidos da cidade e do campo, e ainda de largos sectores da pequena burguesia urbana e rural; o Partido não afirma o seu carácter revolucionário de classe pelo facto de se fechar nos interesses e nos problemas da classe operária, mas pelo facto de saber tomar a direcção das grandes massas da população que têm reivindicações revolucionárias na presente etapa, impulsionando o processo revolucionário na via do socialismo. Mas essa tarefa tem que ser realizada sem atenuar no mínimo que seja a independência ideológica e política do proletariado, concentrando sempre o esforço principal do Partido sobre a mobilização, educação e organização do proletariado, não permitindo que o impulso revolucionário de classe que atrai os operários ao Partido seja sufocado pelas exigências da Unidade, sem ocultar uma só das contradições de classe existentes.

A linha para "Um grande Partido nacional" representou, no campo da organização partidária, uma manifestação mais da política oportunista da Unidade; alargando perigosamente as fileiras do Partido nas condições da ditadura fascista, ela descurou ao mesmo tempo a exigência principal para um grande partido nacional do

proletariado: a coesão revolucionária das suas fileiras, a sua educação como um destacamento avançado de combate do proletariado e das massas oprimidas, a firmeza irreconciliável na luta de classes, guiada pelo objectivo da ditadura do proletariado e do socialismo.

O desmantelamento de grande parte das organizações partidárias em 1949-50 sob a ofensiva policial, a traição ou deserção de dirigentes, funcionários e militantes responsáveis nesse período (que estão documentados no relatório do camarada Melo à 4ª Reunião ampliada do Comité Central, de Dezembro de 1952), mostraram que a linha para "um grande Partido nacional" contribuiu para o enfraquecimento interno do Partido e do movimento operário e desarmara mais ainda o Partido para as pesadas tarefas que se lhe colocavam.

a linha da unidade foi condenada pela experiência

Quando os reformistas nos acusam de querermos pôr em causa a necessidade duma larga política de alianças na luta pelo derrubamento da ditadura fascista, eles tentam deliberadamente falsear os factos para evitar a ter que discutir as críticas concretas que lhes são feitas; e preciso pois. tornar claro que os marxistas-leninistas não negam a necessidade duma larga política de alianças para o derrubamento da ditadura fascista: eles simplesmente rejeitam uma concepção oportunista e reformista de aliança que tem sido posta em prática sob a cobertura da Unidade.

Os exemplos apresentados atrás mostram que a política da Unidade de Álvaro Cunhal deu lugar a que a linha do Partido Comunista fosse marcada em 1944-49 por um grave desvio oportunista de direita, cujas manifestações principais foram as seguintes:

- (a) subestimação do papel revolucionário do proletariado e do seu partido; afrouxamento do carácter de classe do partido; abandono dos objectivos revolucionários na presente etapa e da luta pela conquista do poder em troca de compromissos e acordos com a burguesia por objectivos imediatos;
- (b) desprezo pela actividade teórica, pelo estudo da luta de classes na nossa sociedade e das tarefas da revolução, pela luta ideológica contra as correntes burguesas liberais e radicais;
- (c) abandono do trabalho de aliança com o campesinato em troca duma estreita aliança com a burguesia liberal;
- (d) subordinação das acções de massas a organismos unitários dirigentes, comprometendo a iniciativa e independência populares em face da burguesia liberal;
- (e) oposição às formas violentas de luta por receio de se separar da burguesia liberal e de comprometer a acção legal;

Estes erros oportunistas, que giram todos em volta da tendência para entregar a direcção do movimento anti-fascista nas mãos da burguesia liberal, deram lugar a que afrouxasse gradualmente a energia do movimento popular e que se acumulassem as dificuldades para o Partido; o período de 1944-49, longe de ser uma sucesso ascendente de vitórias, como pretende Cunhal e os seus adeptos, limitou seriamente as possibilidades abertas pela luta da classe operária e de todo o povo, que, em 1944, sob a direcção dos comunistas, procuravam a via da insurreição armada contra a ditadura.

Esta incapacidade da linha da Unidade para conduzir as massas populares à vitória, e as consequências desastrosas que resultavam da direcção burguesa sobre o movimento anti-fascista, começaram a tornar-se patentes desde 1948 não só para muitos militantes comunistas e trabalhadores de vanguarda, como também para dirigentes não contaminados pelo oportunismo e pelo reformismo de Cunhal, Fogaça, Pedro Soares e outros; mesmo dentro do Comité Central do Partido começaram a elevar-se vozes defendendo a necessidade de procurar uma linha revolucionária: é isso que mostra o informe do camarada Militão Ribeiro, membro do Secretariado, à reunião do Comité Central de Janeiro de 1949.

Nesse informe (hoje completamente ignorado do Partido), Militão Ribeiro dá um balanço à situação difícil do movimento popular ao aproximarem-se as "eleições" presidenciais (candidatura do general Norton de Matos) e defende a urgência duma iniciativa audaz dos comunistas em todas as frentes para anularem a instabilidade da burguesia liberal e elevarem o movimento de massas a formas superiores; ele insiste longamente sobre a necessidade de encontrar as formas de dar voz activa aos trabalhadores na luta política, de voltar toda a actividade do Partido para a agitação e mobilização do povo, para a constituição de comissões eleitorais pela base e não a partir de convites a personalidades, condenando vivamente a tendência dos comunistas irem às comissões democráticas, receberem directivas dos democratas burgueses e de se "prosternarem perante eles", julgando-os os mais capazes.

E o informe acrescenta: "Onde devemos ir buscar a origem destas incompreensões? Ao facto de, para a grande maioria dos nossos camaradas, não estar verdadeiramente claro qual deve ser o papel que o nosso Partido e o proletariado devem desempenhar no actual momento histórico do povo português, no seu papel de força política dirigente. Fazer compreender a todos os elementos do Partido e ao grosso do proletariado português esta sua missão histórica, insuflar-lhes confiança na sua força, eis a tarefa primordial do momento." (...) "No momento actual, o nosso Partido deve esforçar-se por levar o proletariado a compreender o seu papel para que este saiba impor a sua orientação na luta contra o salazarismo. Não deve permitir que este posto de vanguarda, que por direito lhe pertence, passe para as mãos de outra classe ou partido, porque em tal caso o movimento anti-fascista deixaria de ter uma orientação proletária revolucionária em benefício de todo o povo (...) para passar a ser um movimento apenas em defesa dos interesses estreitos dos partidos representando a burguesia e a pequena burguesia" (sublinhado nosso, R.P.).

Estas tomadas de posição são significativas. Embora sem fazer uma crítica explícita à linha da Unidade de Cunhal, elas põem toda essa linha em causa, ao apontarem a dualidade de orientações e de interesses de classe no movimento anti-fascista e ao afirmarem a necessidade de os comunistas lutarem pela hegemonia do proletariado sobre a burguesia liberal; elas constituem uma crítica indirecta de grande valor ao oportunismo de Cunhal.

Porem, a prisão um mês depois, de Cunhal, Militão e outros dirigentes do Partido, o desfecho desmoralizador das "eleições" e o rompimento da Unidade por parte dos liberais, vieram pôr termo precipitadamente à linha da Unidade sem que a direcção do Partido tivesse chegado a fazer dela uma crítica séria de princípios que revelasse as concepções reformistas e oportunistas que lhe deram nascença.

a linha actual do partido: uma reedição actualizada da unidade

Em 1959, dez anos depois da crítica de Militão Ribeiro e tendo feito sucessivos ziguezagues sectários e direitistas, o Partido vinha a encontrar-se numa situação ainda mais difícil do que a de 1949.

Enquanto o movimento popular conhecia um forte impulso e se lançava em acções audaciosas contra a ditadura, a direcção do Partido, privada duma perspectiva revolucionária e empenhada num esforço frenético para ganhar a confiança da burguesia liberal e dos fascistas descontentes, seguia a rectaguarda das massas, puxando-as para trás (1), convocava uma "grande jornada nacional pacífica para afastar Salazar do poder" e apelava para "a reconciliação dos portugueses". A "linha doce"

(1) O exemplo mais flagrante foi a greve política de Junho de 1958, que se declarou espontaneamente, depois dos dirigentes do Partido se terem recusado a tomar medidas para a sua preparação.

de Júlio Fogaça e Pedro Soares, que fora repelida pelo 2º Congresso Ilegal de 1946, acabara por triunfar desde 1956, ao impulso das "teses criadoras" do 20º Congresso do PCUS.

Foi nesta situação difícil, em que a direcção do Partido, de concessão, em concessão, perdia todo o crédito junto dos operários e das massas revolucionárias, que a reintegração de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes evadidos da cadeia, soando-se à viva reacção do Partido contra o direito, deu lugar a uma aguda luta de tendências na direcção do Partido e acabou por levar à derrota da linha da "solução pacífica" e à proclamação da via da luta armada para derrubar a ditadura.

O Partido, a classe operária, os elementos sinceramente revolucionários, rezeijaram-se com aquilo que julgaram ser o triunfo das ideias marxistas-leninistas na direcção do Partido. Mas em breve a experiência veio mostrar que Álvaro Cunhal, entrando na luta contra os ultra-direitistas tinha em vista apenas repor a sua linha tradicional da Unidade, já condenada pela experiência dos anos 1944-49.

Isso tornou-se patente desde Março de 1961 com a publicação da Declaração "A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política", apresentada como a nova plataforma política do Partido, em substituição da linha da "solução pacífica"; esse documento, em vez de fazer uma crítica de princípios ao reformismo e ao pacifismo dos anos anteriores, limita-se a certos ajustamentos tácticos muito limitados e marca de facto uma nova intensificação dos esforços "unitários" por parte da direcção do Partido.

O desvio de 1956-59 comprometera a própria sobrevivência do Partido como partido marxista-leninista do proletariado português ao abandonar totalmente as posições revolucionárias de classe e reduzir as perspectivas políticas do Partido a aspiração comum de "todos os portugueses honrados", o afastamento de Salazar do poder; mas a Declaração nada faz para pôr fim a esta degradação e elevar o proletariado e o Partido a um lugar dirigente; ela não põe em relevo os interesses revolucionários do proletariado por oposição às classes exploradoras, não revela o carácter da luta de classes em curso no país, não aponta o caminho da conquista do poder político, não estuda as etapas da revolução portuguesa nem as suas tarefas. A Declaração mantém o Partido encerrado na perspectiva da luta pelo derrubamento da ditadura fascista.

O desvio de 1956-59, sob a preocupação de atrair as forças hesitantes e desagregar o campo inimigo, pregara a solução pacífica, fechara às acções de massas o caminho da violência e da insurreição; mas a Declaração, falando abstractamente "levantamento em massa da Nação, em que a greve geral política pode desempenhar importante papel", não critica as concepções pacifistas até aí apregoadas, nada diz sobre a necessidade dum processo de luta armada popular e ataca mesmo as tendências para procurar formas violentas de luta, classificando-as como "tendências anarquistas e terroristas" que podem levar "amplas camadas populares a tomar posições conservadoras e de reserva para com o movimento democrático". A Declaração mantém o Partido reduzido ao emprego das formas pacíficas de luta.

O desvio de 1956-59, desprezando os objectivos revolucionários, desprezara os aliados revolucionários do proletariado e pusera os trabalhadores a reboque da burguesia liberal e radical; mas a Declaração, falando formalmente na "decisiva importância" das alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias, é dirigida na prática para estreitar mais ainda os laços de dependência para com a burguesia liberal, ao proclamar que "a unidade das forças democráticas é base fundamental para o desenvolvimento vitorioso da revolução popular e nacional", ao lançar a palavra de ordem para a formação "dentro de curto prazo" dum "movimento único da Oposição" e da "constituição duma direcção nacional do movimento democrático". A Declaração mantém o Partido amarrado à unidade

com a burguesia liberal.

Assim, aquilo que era a lição essencial de 15 anos de luta anti-fascista, ou seja, a divergência fundamental de interesses entre o proletariado e a burguesia liberal e a disputa permanente que os opõe no esforço para ganharem a direcção do movimento popular, foi ignorado por Cunhal na crítica ao desvio de 1956-59. A actividade da direcção do Partido nos últimos anos é guiada uma vez mais para pôr de pé a mesma política de Unidade que a experiência condenou: centra-se toda a actividade pela política das massas em torno da criação dum super-partido unitário desta vez a Frente Patriótica; combatem-se as tendências para as formas violentas de luta sob a acusação de "terrorismo"; relança-se a partir de 1962 a palavra de ordem para "Um grande Partido nacional"; apaga-se a noção de hegemonia do proletariado e das suas tarefas revolucionárias.

Mas, como dizíamos no princípio deste artigo, Cunhal já não consegue voltar a aplicar a sua política de há 20 anos; as condições da luta de classes no nosso país transformaram-se radicalmente e abrem novas possibilidades à derrota da linha conciliadora de Cunhal e para o triunfo duma linha marxista-leninista que garanta a iniciativa e a independência do proletariado português na luta pelos seus interesses de classe, que nada têm de comum com os interesses da burguesia liberal. É nesse sentido que é necessário unir todos os esforços dos marxistas-leninistas portugueses, se quisermos obter verdadeiros êxitos na luta pelo derrubamento da ditadura fascista, pela democracia popular e pelo socialismo.

▲ ▲ ▲

o que agrada à burguesia não convém aos trabalhadores

Um dos elogios mais esclarecedores que temos lido à linha política de Alvaro Cunhal, vem no "Portugal Democrático" de Janeiro deste ano, onde o sr. Lopes Mendes escreve:

"Chefes militares e políticos que, no passado, calibravam os seus contactos e movimentos apenas na cúpula das correntes propensas ao conservadorismo social, e-
legem ou admitem no presente alianças com elementos revolucionários oriundos das
baixas camadas do povo e dos agrupamentos políticos da esquerda. Isto é um sintoma positivo que revela a metamorfose e maturação do pensamento político de certos sectores da oposição portuguesa antes receosos das massas, na ideia de que estas
poderiam cometer excessos, ou ainda que, pela sua incultura política e cívica, pelo seu primitivismo, pouco lhes caberia fazer por não estarem qualificadas para intervir e ocupar posições de destaque na Revolução, podendo entretanto comprometer não só o processo insurreccional como talvez o posterior ordenamento democrático do País."

Não se pode falar com mais clareza. A burguesia liberal felicita-se por ver que "os elementos revolucionários oriundos das baixas camadas do povo" (leia-se: Alvaro Cunhal, Vilarigues & C.ª) são sinceros lutadores contra o perigo da revolução. A burguesia liberal confia em que, sob a direcção destes chefes, as massas populares não cometerão "excessos" nem "comprometerão o processo insurreccional" e respira mais tranquilamente.

Que a burguesia se alegre com esta evolução, nada mais natural. Mas também ninguém estranhará que os trabalhadores revolucionários procurem outros dirigentes e se organizem num outro Partido.

▲ ▲ ▲



o camarada Mao Tse-Tung, à direita Chu En-Lai e à esquerda Chu-Teh

o movimento marxista - leninista no mundo

Quando se iniciou a luta entre os marxistas-leninistas e os revisionistas, Alvaro Cunhal e os seus amigos "explicaram" aos militantes do P.C.P. que tudo se resumia na oposição do P.C. da China à linha do movimento comunista mundial. "Nas relações entre partidos comunistas, escreveu Cunhal, é de desejar que se chegue a uma unanimidade de pontos de vista. Mas quando ela não for possível, não se pode aceitar que um partido pretenda impôr os seus pontos de vista a todos os outros partidos" (Comunicado de Agosto de 1963, sobre a situação do movimento comunista internacional).

Para mostrar como é diferente a verdade histórica da "verdade" do sr. Alvaro Cunhal, temos vindo a noticiar o progresso do movimento marxista-leninista no mundo. Hoje publicamos alguns extractos do artigo "Façamos abortar as manobras para dividir o movimento comunista internacional", que saiu em 19 de Abril de 1964, no diário "Rodong Sinmun", órgão do Partido do Trabalho da Coreia, o partido que dirigiu o povo coreano na heróica guerra de resistência à agressão dos imperialistas norte-americanos, o partido de um dos 12 Estados da família socialista.

coreia: posição do partido do trabalho

"Defender a unidade do campo socialista, não é pôr-se sem princípios a reboque de certas pessoas, mas sim manter os princípios revolucionários e reforçar a união de classe pelos interesses comuns. A autêntica unidade só pode ser consolidada na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Defender o campo socialista e salvaguardar a sua unidade, é defender a base da revolução mundial e salvaguardar a posição fundamental da paz e do progresso dos povos". (...)

"O Partido Comunista da China e a República Popular da China defendem os princípios do marxismo-leninismo, lutam resolutamente contra o imperialismo e apoiam activamente a luta revolucionária dos povos do mundo. É por isso que os imperialistas e as forças reacçãoárias internacionais alimentam um ódio implacável contra a China e tentam por todos os meios diminuir o seu prestígio e isolá-la. Ora, certas pessoas, em uníssono com eles, caluniam e atacam a China, qualificando-a de "belicista", "trotzquista" e "cisonista".

"Hoje, as divergências surgidas não se referem apenas à simples questão dos métodos de luta no movimento comunista internacional, mas abrangem a questão fundamental da revolução e as questões gerais que condicionam o socialismo e a democracia, a independência nacional e a paz. Os revisionistas procuram incessantemente criar a confusão e provocar a cisão nas fileiras do movimento comunista internacional. Desonram o socialismo por toda a parte, desprestigiam o campo socialista e tentam minar as grandes posições conquistadas pela classe operária mundial no decorrer de um longo período ao preço de sangue e suor.

"Sem se lutar contra o revisionismo, não se pode manter a pureza do marxismo-leninismo nem assegurar a autêntica unidade do campo socialista e do movimento comunista internacional. Ao mesmo tempo, tem que se rejeitar resolutamente o chauvinismo de grande potência que impõe aos outros o revisionismo e se entrega ao despotismo. O chauvinismo de grande potência é um veneno que mina a coesão e a unidade." (...)

Consideramos que é necessário convocar uma conferência internacional dos partidos irmãos para se resolverem as divergências no seio do movimento comunista internacional. Mas esta conferência só poderá ser bem sucedida se se observarem os princípios de independência, de igualdade e das consultas entre camaradas e se se realizar após preparativos suficientes. Se a conferência se desenrolar na atmosfera criada hoje por certas pessoas, que ameaçam desde já com os meios e as medidas necessárias" para se expulsarem alguns partidos, ela será apenas um instrumento de cisão" (...).

"Por mais perversas que sejam as acções dos revisionistas, os partidos marxistas-leninistas e os verdadeiros comunistas passarão por todas as provas a avançarão sempre decididamente, levantando a bandeira do internacionalismo proletário e levando a revolução até ao fim."

"Em todas as circunstâncias, mesmo nas mais difíceis, os comunistas coreanos opuseram-se sempre ao revisionismo e defenderam os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Também no futuro, o nosso partido continuará fiel a esses princípios, assim como aos princípios revolucionários das duas Declarações das Conferências dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários. Ele lutará abnegadamente contra o imperialismo e o revisionismo, pela salvaguarda da unidade do campo socialista e da unidade do movimento comunista internacional."

"Enfrentemos os actos de cisão e defendamos a unidade!"

"Proletários de todo o mundo, uni-vos! Proletários e nações oprimidas de todo o mundo, uni-vos!"

holanda : o centro marxista-leninista

DE RODE TRIBUNE



No dia 13 de Março último, as direcções de duas grandes organizações marxistas-leninistas da Holanda decidiram unificar-se e fundar o Centro Marxista-Leninista da Holanda, organização baseada no centralismo democrático, com um Comité Central eleito, tendo como órgão nacional "De Rode Tribune" (A Tribuna Vermelha), periódico presentemente mensal.

No editorial do primeiro número, diz-se no meadamente:

"O Centro Marxista-Leninista fará tudo para evitar uma cisão nas fileiras do movimento comunista internacional. Ao mesmo tempo que desmascara e combate o revisionismo moderno e os seus representantes na direcção do Partido Comunista da Holanda, conduzirá e estimulará a luta no interior do Partido.

Esperamos que os dirigentes revisionistas se decidirão ainda a abandonar a via da traição de classe e da cisão. Mas os seus actos recentes dão, infelizmente, poucas esperanças de que isto suceda. A exclusão de marxistas-leninistas das fileiras do partido representa um primeiro passo na via da cisão."

Ao mesmo tempo que desmascara as cumplicidades do revisionismo moderno com o imperialismo, apela para a classe operária holandesa para lutar por um programa reivindicativo mínimo e propõe-se, dada a falta de um verdadeiro Partido Comunista, continuar a dirigir a luta da classe operária.



Alguns membros do Comité Marxista-Leninista Português efectuaram visitas nos últimos meses à China e à Albânia, no sentido de se efectivar uma troca de impressões relativamente ao actual estágio da luta anti-imperialista e anti-revisionista e conhecer directamente a experiência revolucionária dos povos chines e albaneses.

Assim, uma delegação deslocou-se à China Popular, a convite do P.C. da China onde permaneceu durante algumas semanas; durante a estadia, a delegação teve a oportunidade de visitar demoradamente as mais importantes realizações socialistas e de trocar prolongadas impressões com dirigentes do P.C. da China.

Igualmente duas delegações deslocaram-se, em alturas diferentes, à República Popular da Albânia, onde durante uma visita através do país se efectuaram profícuas discussões com responsáveis das cooperativas, quintas de Estado, casas de cultura e complexos industriais. As duas delegações foram recebidas por diversas vezes por Hisni Kapo e Rita Marko, membros da Comissão Política e Secretário do Comité Central do Partido do Trabalho da Albânia e Piro Bitra, director do Instituto de Negócios Estrangeiros junto do Comité Central.

As longas trocas de impressões que se travaram em ambos os países salientaram a inteira unanimidade de pontos de vista entre os marxistas-leninistas portugueses e o Partido Comunista da China e o Partido do Trabalho da Albânia e serviram para estreitar ainda mais a firme e inquebrantável união do internacionalismo proletário na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o revisionismo.



LENDO A IMPRENSA REVISIONISTA...

COEXISTAMOS PACIFICAMENTE DENTRO DUM SÃO ESPÍRITO DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA ICA

No "Avante" de Janeiro lemos um pequeno mas instrutivo artigo sobre os benefícios da coexistência pacífica, de que oferecemos um curto resumo aos nossos leitores: a Coexistência Pacífica é a demonstração mais completa da força crescente do Campo Socialista e do proletariado mundial. A política de Coexistência Pacífica é a única que há-de fazer fracassar todos os planos de guerra por parte dos imperialistas. É certo que o imperialismo não mudou mas nós podemos obrigá-lo a aceitar a Coexistência Pacífica porque a Coexistência Pacífica não é uma dádiva, é uma importante conquista que, como já disse o camarada Álvaro Cunhal, permitirá, mesmo antes de o socialismo ter triunfado em todo o mundo, banir a guerra da vida internacional.

O movimento comunista defende a Coexistência Pacífica porque a Coexistência Pacífica é uma forma da luta de classes. E se a Coexistência Pacífica é a linha geral da política externa da URSS, isso é porque a Coexistência Pacífica é um produto do desenvolvimento do processo revolucionário mundial; a Coexistência Pacífica só é possível graças às vitórias da classe operária e por isso devemos impor ao imperialismo a Coexistência Pacífica!

Por falta de espaço possivelmente, o "Avante" nada diz sobre as guerras do Vietname, do Laos, do Congo, etc.

NO ESTILO DO DR. MARIO SOARES

"Os crimes cometidos contra os povos das colónias são uma ofensa aos sentimentos pacíficos e de fraternidade humana que sempre caracterizaram o povo português. Nenhum português em cujo peito vibre o sentimento da honra, da dignidade e do patriotismo, pode ficar impassível. Só a Unidade e a luta de todos os patriotas pode salvar a Pátria do desprestígio, da ruína, da dependência. A luta em todas as frentes contra o fascismo é um dever sagrado para todos os portugueses honrados" ("Avante" nº 351, de Fevereiro).

Estas elevadas palavras não fazem parte de nenhum discurso eleitoral do dr. Mário Soares ou do engº Cunha Leal. Aparecem no órgão do Partido que se apresenta como a vanguarda revolucionária da classe operária mas que consegue condenar a guerra em nome de sentimentos humanitários e não em nome dos interesses das classes oprimidas.

LEVAR PANCADA, SIM, MAS DENTRO DAS REGRAS !

No "Avante" de Janeiro lemos um violento protesto contra o facto de que, no forte de Peniche, "os presos são barbaramente agredidos, sem mesmo uma prévia admoestação, como manda a lei".

Agora é "A Terra" nº 10, de Fevereiro, que protesta contra as violências exercidas nas aldeias pelos guardas da G.N.R. "que nem sequer são das nossas terras". Compreendemos perfeitamente que os presos políticos ficariam muito mais confortados se os guardas os espancassem segundo o regulamento, e que os camponeses receberiam radiantes as brutalidades de GNRs seus conterrâneos. Mas a nossa ignorância política leva-nos a fazer uma pergunta: e se fosse o povo a bater nos seus carrascos, não seria melhor ?

(continua na pág.23)

UM EXEMPLO A SEGUIR

No "Avante" de Fevereiro lemos: "A acção popular da rua Morais Soares, onde já têm ocorrido outras, é mais um exemplo de como o povo deve actuar sempre que as forças repressivas façam prisões, maltratem as pessoas simples".

Esta "acção" da rua Morais Soares não foi, como se poderia pensar à primeira vista, um choque entre um grupo popular armado e a polícia fascista. Não, foi apenas um grupo de pessoas que se tentou opor à prisão dum rapazito, acabando por ser todos espancados pela polícia.

Pica-nos então uma dúvida: onde está o exemplo a seguir? Nas pancadas que se receberam?

VAMOS DERRUBAR O FASCISMO !

É ainda na "Terra" de Fevereiro que se lança um fervente apelo para que "vamos lutar pelo derrubamento do regime fascista". Como? A palavra de ordem lá vem clara e incisiva: "Vamos por isso escrever nos muros, nas estradas, onde for possível, a giz, a carvão ou a tinta: "Organizemos Juntas de Acção Popular ! Abaixo o salazarismo!" etc.

Não há dúvida de que os camponeses têm aqui finalmente um caminho seguro para derrubar a ditadura. Temos, contudo, uma crítica amigável a fazer aos redactores de "A Terra": por que não explicar também que as inscrições podem ser feitas a preto, azul, vermelho ou noutras cores? Isto ajudaria ainda mais os camponeses a derrubarem rapidamente o fascismo, não vos parece?

OS GRANDES PROBLEMAS

É ainda dentro desta perspectiva exaltante da insurreição que um redactor de "A Terra" dedica um artigo a lamentar junto dos "colegas camponeses amigos" a falta de caminhos de acesso aos campos. Deixando de lado os problemas miúdos, como a fome, o trabalho de sol a sol, a guerra nas colónias, os impostos, a repressão, o caminho da insurreição, etc., "A Terra" dedica-se agora aos grandes problemas, e assegura-nos que um regime virá que trará aos camponeses "a prosperidade e o amor" e ... os caminhos de acesso aos campos, naturalmente!

AINDA A CRISE NOS CAMPOS

No "Avante" de Fevereiro, depois de se referirem os protestos dos pequenos e médios vinicultores contra a taxa aplicada pelo governo, lança-se o seguinte apelo: "Pequenos e médios vinicultores, ingressai no P.C.P.!"

Apesar de lermos com a maior atenção todo o artigo e todo o jornal, não encontramos nenhuma referência nem nenhum apelo aos jornaleiros que trabalham para estes vinicultores. O "Avante" não se refere à situação dos jornaleiros nem os convida a entrar para o P.C.P.

A princípio isto espantou-nos mas depois, pensando melhor, chegámos à conclusão de que isso é devido possivelmente ao facto de que esses jornaleiros pelo seu nível de vida elevado (obtido graças às jornas exorbitantes que arrancam aos pequenos e médios vinicultores e a outros pequenos e médios patrões - Vd. "A Terra" nº 7, e "R.P." nº 2) devem estar a aburguesar-se. Demonstrando grande visão política, o "Avante" volta assim as costas a estes elementos degenerados e acolhe os rinhosamente a burguesia que ascende aos grandes combates revolucionários de amanhã. Pois não é verdade que a revolução é nacional?

